

Uma Medida Consistente da Pobreza Real: Uma Resposta a Ravallion

por Thomas Pogge, Universidade Nacional da Austrália

Em 1961, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos publicou um Plano de Economia Alimentar cuidadosamente concebido “como uma dieta nutricionalmente adequada para uso emergencial ou em curto prazo” pelas pessoas pobres. Essa dieta foi atualizada e, posteriormente, renomeada como Plano Alimentar Simplificado. O menor custo estipulado para essa dieta mínima foi de 80,40 dólares mensais por pessoa, em 1999.

O equivalente relevante de linha de pobreza do Banco Mundial de 1 dólar diário por pessoa era 37,75 dólares mensais por pessoa em 1999, e 49 dólares atualmente. Isto é claramente insuficiente para cobrir as necessidades nutricionais básicas e outras necessidades dos seres humanos nos Estados Unidos.

É suficiente, nos países pobres, o equivalente destes valores? Obviamente não – se “equivalente” significar igual capacidade de satisfazer necessidades humanas básicas. A medida de 1 dólar diário, todavia, baseia-se em outra noção de equivalência, a qual envolve dois tipos de conversão: converter qualquer quantia em Unidades de Moeda Local (UML), através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPC), em seu equivalente em algum ano-base (atualmente 1993) e, em seguida, converter o resultado em dólares dos EUA de 1993, através da Paridade do Poder de Compra (PPC) em 1993.

Imagine um mundo simples onde existam três tipos de *commodities*: necessárias, discricionárias e serviços (sempre nesta ordem). Se seus preços não se movimentam em consonância, o IPC refletirá a média ponderada do movimento desses preços, associado ao padrão de gastos nacional. Por ser baseada no IPC, a medida de 1 dólar diário perde contato com os preços das *commodities* necessárias. A redução nos preços das discricionárias (bens de consumo eletrônicos, por exemplo) pode levar à queda do IPC, ainda que o aumento da demanda por biocombustíveis esteja elevando o preços dos alimentos. Pessoas pobres com rendimentos constantes se tornam mais pobres em relação ao que precisam comprar, embora mais ricas pelo método de cálculo de 1 dólar diário.

Suponha que os preços das três *commodities* são 5, 6 e 1 UML em algum país pobre e 3, 4 e 9 dólares nos EUA. Qual é a PPC? Aqui, novamente, a resposta depende do padrão de gastos – *em ambos os países*. Suponha que esse padrão seja, percentualmente, de 30, 50 e 20 no país mais pobre e 10, 50 e 40 nos EUA. Isso conduz a uma PPC de 1,55; assim, a medida de 1 dólar diário tornará cada UML equivalente a 1,55 dólar. Contudo, em relação apenas às *commodities* necessárias, ao preço de 5 UML e 3 dólares, cada UML vale apenas 60 centavos! Novamente, muitos dos que são muito pobres em relação ao que realmente precisam comprar não aparecerão nas estatísticas de 1 dólar ao dia.

O que está errado? Intuitivamente, a pobreza de renda (no sentido extremo, usado neste texto) é função das *commodities* necessárias que uma pessoa pode comprar. Devido a sua associação com os cálculos do IPC e PPC, a medida de 1 dólar diário permite exagerada influência dos preços das *commodities* não-necessárias consumidas na mesma sociedade. Sua associação às PPCs permite também demasiada influência dos padrões de consumo nos EUA (e, com certeza, de todos os outros países incluídos na análise da PPC). Em nosso exemplo, a uma UML, que permite a compra de apenas 60 centavos de bens necessários, é atribuído um valor muito maior em razão do elevado preço dos serviços nos EUA (9 dólares versus 1 UML) e também porque os residentes dos EUA gastam muito em serviços. Porém, o critério que define a pobreza deveria ser tão fortemente influenciado pelo preço e consumo de serviços que os pobres não precisam e não consomem?



Talvez, a melhor evidência que se possa ter contra um método seja o fato de sua aplicação produzir resultados muito divergentes. As duas noções de equivalência invocadas nos cálculos de IPC e PPC se baseiam em padrões de consumo – nacionais e globais – muito diferentes. Como consequência, a comparação de dois valores em diferentes anos e países varia com o ano-base escolhido para a conversão da PPC. Pode-se usar os IPCs de dois países para converter em valores de 1993 e, então, compará-los à PPC de 1993. Pode-se, também, usar os IPCs para a conversão em qualquer outro ano e então fazer a comparação com a PPC daquele ano. Dessa maneira, pode-se chegar a tantos resultados diferentes quantos forem os cálculos da PPC.

A magnitude do efeito do ano-base é observável, uma vez que o Banco tem trabalhado com a utilização de dois anos-base. Antes de 2000, 1 dólar diário era definido em termos de 31 dólares PPC de 1985; após 1999, como 32,74 dólares PPC de 1993. Esta troca de ano-base causou grandes modificações em relação à posição das linhas de pobreza nacionais. Por exemplo, quando se utiliza, ao invés de 1985, 1993 como ano-base, todos os índices chineses aumentam – preços, renda, gastos de consumo – em cerca de 31 por cento em relação a todos os índices de Bangladesh em todos os anos. E inversamente, usar 1985, ao invés de 1993, como o ano base aumenta, em todos os anos, todos os índices de Bangladesh em 31% em comparação aos índices chineses. A fixação do valor da pobreza em 1 dólar depende, então, da escolha arbitrária do ano-base da PPC.

Uma vez estabelecido o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, milhões de vidas estão envolvidas ao se contar os pobres. Fazer isso requer métodos mais diretos que o 1 dólar diário – um método que considera apenas a renda doméstica de um domicílio e os preços de bens de necessidade que poderão ser comprados. Um domicílio é pobre em relação à renda se não há como a suprir as necessidades básicas de todos os membros de sua família utilizando o dinheiro disponível.

Ravallion está certo; há múltiplos meios de se atingir 2.100 calorias. Mas isto é irrelevante se o método direto se focar somente no caminho mais barato para cada domicílio chegar lá.

Ravallion também está correto ao insistir em um critério uniforme de mensuração da pobreza monetária, focalizado na renda real do pobre. Somente o método direto é capaz de alcançar um foco consistente no que realmente importa: suficiência para alcançar as necessidades humanas básicas.

Referências:

- Reddy, Sanjay G. and Pogge, Thomas (forthcoming). "How Not to Count the Poor", in J. Stiglitz, S. Anand and P. Segal (eds.) *Debates in the Measurement of Poverty*, Oxford: Oxford University Press. Available at <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=893159>.
- Ravallion, Martin. (2008). "Which Poverty Line? A Response to Reddy". One Pager 53, International Poverty Centre, Brasília. Available at <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager53.pdf>>.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:
www.undp-povertycentre.org